

Seminário

“Infra-estruturas Nacionais Críticas e Sectores de Interesse

Económico Vitais:

Prevenção, protecção e resposta às ameaças”

19 e 20 de Fevereiro de 2008

Introdução

O leque de ameaças que hoje se colocam no plano da segurança e defesa é crescentemente diverso, não deixando o mesmo de transparecer uma natureza *global*, aliás coerente com o Mundo *globalizado* dos nossos dias. A par do vasto rol de situações passíveis de desestabilizar o ambiente securitário nacional e internacional, *v.g.* catástrofes e calamidades naturais, epidemias, acidentes e/ou desastres ecológicos/ambientais, outras ameaças vulneram potencialmente a segurança e a estabilidade das sociedades democráticas ocidentais actuais, designadamente, a proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM) e o uso de agentes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR); o terrorismo; o fenómeno dos extremismos; a criminalidade organizada transnacional; os conflitos armados e os actos de subversão e sabotagem, apenas para citar alguns exemplos.

Sendo certo que ao carácter difuso e transnacional das ameaças *supra* enunciadas estarão também associados a imprevisibilidade da efectivação, bem como a

volubilidade e dissimulação dos respectivos agentes, o **domínio preventivo** assumirá um papel decisivo nesta matéria.

A aparente facilidade da enumeração das ameaças e riscos susceptíveis de atingirem as “infra-estruturas críticas” de cada Estado contrastará, todavia, com a complexidade do preenchimento do próprio conceito de “infra-estruturas críticas”, tendo como fim último a definição das medidas protectivas a aplicar a cada caso concreto.

A nível nacional, o *Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência*, órgão de coordenação e apoio, na dependência do Primeiro-Ministro e presidido pelo Ministro da Defesa Nacional, que integra o *Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência*, assume presentemente como incumbência prioritária a elaboração da *Carta Nacional de Pontos Sensíveis*¹, instrumento fundamental e mais-valia importante para o *Sistema Nacional de Gestão de Crises* que visa, designadamente apoiar o Primeiro-Ministro no processo de tomada de decisão em situações de “ameaça terrorista, proliferação de acidentes graves e de desastres ecológicos, catástrofes e calamidades naturais, situações de fome e doenças epidémicas”. Colocando uma vez mais o acento tónico no domínio preventivo, a referida *Carta Nacional de Pontos Sensíveis*, enquanto **ferramenta de apoio à decisão**, procurará, por um lado, **minimizar as vulnerabilidades** dos “Pontos” definidos como “Sensíveis”² exercendo, por outro lado, igual relevância na **definição das políticas**

¹ De acordo com informação disponibilizada pelo *site* da CNPCE, ainda estará a decorrer a 1.ª Fase da construção da CNPS, i.e. a redefinição do conceito de “Ponto Sensível”, a selecção dos critérios que permitirão identificar e hierarquizar os “Pontos Sensíveis” e, por último, a definição e aceitação de um “Modelo para Identificação e Classificação dos Pontos Sensíveis”. Na 2.ª Fase e com recurso ao Modelo aprovado, seguir-se-á a identificação dos “Pontos Sensíveis” e a sua classificação, de forma a construir uma “Lista Nacional de Pontos Sensíveis”. Na 3.ª e última Fase, os “Pontos Sensíveis” serão organizados numa base de dados de natureza geográfica, com componentes espacial e descritiva, devendo ser operacionalizada a sua utilização pelos actores/destinatários finais por meio de um “sistema informático disponível, partilhado e seguro”.

² A definição apresentada abrange “*espaços, infra-estruturas ou instalações cuja destruição total ou parcial ou utilização indevida possa determinar afectação significativa nos Valores Nacionais*”.

de segurança direccionadas para a **enunciação do que** efectivamente há que defender e proteger.

Para a definição da **política de planeamento civil de emergência** nacional há a destacar, no quadro do *Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência*, a acção de um conjunto de *comissões técnicas interministeriais*, às quais incumbe respectivamente “**preparar o sector da sua actividade** para situações de crise ou de guerra, de forma a garantir a continuidade da acção governativa, a segurança e bem-estar da população e a sobrevivência e capacidade de resistência da Nação”.

É considerando a diversidade de áreas de acção, *v.g.*, energia, indústria, comunicações, transportes, saúde, ambiente, ciberespaço, entre outras, que se impõe a necessária conjugação de esforços entre o *Estado* e o *sector privado*, tendo em vista não apenas a identificação e avaliação das ameaças, como também a especificação das correspondentes áreas de risco e alvos possíveis. O desejável envolvimento de actores estatais e não-estatais, com particulares responsabilidades nesta matéria, assim como a participação activa e crítica da sociedade civil decerto permitirão evidenciar a indispensabilidade de uma efectiva protecção e defesa de sectores e infra-estruturas críticos, provendo simultaneamente o planeamento estratégico e tático mais apto a garantir a Defesa e Segurança do Estado.

Programa

Inspirado na definição dos “*Global Risks 2007*”, um relatório da instituição “*World Economic Forum*”, que organiza em **cinco domínios** os “riscos globais” que a Comunidade Internacional terá que enfrentar na próxima década, *i.e.* Económicos, Ambientais, Geopolíticos, Societários e Tecnológicos, o presente Seminário pretende abordar um leque de Áreas concretas a que corresponderão os seguintes painéis:

Direcção do Seminário: **Doutor Figueiredo Lopes, *Director Executivo do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais***

Coordenação: **Tenente-Coronel João Alvelos**

19 de Fevereiro

14:30h - Abertura pelo **Doutor Figueiredo Lopes, *Director do Seminário***

14:35h - Intervenção de Sua Excelência o **Ministro da Administração Interna, Doutor Rui Carlos Pereira**

15:00h - Início do 1º Painel - “**Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência - o papel da Administração Central, da Administração Local e dos Privados**”

Engenheiro Ângelo Correia (*Moderador*)

- **Tenente General João Maria Piroto, *Vice-Presidente do CN Planeamento Civil de Emergência;***
- **Doutor Luís Cunha Ribeiro, *Presidente do Conselho Directivo do INEM - “Hospitais e Emergência Médica”;***

- **Doutor Marco António Costa, *Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia* - “O papel das autarquias locais - protecção civil, abastecimento de águas e ambiente”;**

16:30 - *Intervalo*

16:40h - Início do 2º Painel - “Energia”

Engenheiro Mira Amaral (*Moderador*)

- **Doutor Ferreira de Oliveira, *Presidente do Conselho de Administração da GALP Energia*, “O Petróleo e Gás Natural - preços, grau de dependência nacional, crise de abastecimentos e as reservas estratégicas”;**
- **Doutor António Mexia, *Presidente do Conselho de Administração da EDP*, “Energias Renováveis e Biocombustíveis - a inversão do paradigma?”;**
- **Doutor Nuno Ribeiro da Silva, *Presidente da ENDESA*, “Rede Eléctrica e barragens”;**
- **Engenheiro Vítor Rodrigues, *Security & Safety Domain, Director da Thales*, “Serão críticas as infra estruturas de energia?”**

18:00h - Encerramento pelo Professor José Manuel Anes

20 de Fevereiro

14:30h - Abertura por Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Interna, Mestre Rui de Sá Gomes

14:45h - Início do 3º Painel - “Transportes e Comunicações”

Almirante Reis Rodrigues (*Moderador*)

- **Doutor Rui Pedro Soares, *Administrador da PT TELECOM* - “Telecomunicações”;**

- Doutor Luís Trindade dos Santos, *Director da Facilitação e Segurança da Aviação Civil*;
- Doutor Manuel Frasquilho, *Presidente da Administração do Porto de Lisboa (APL), “Transportes Marítimos”*;
- Doutor António Crisóstomo Teixeira, *Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres - “Transportes Terrestres”*;
- Engenheiro João Salgueiro, *Director Comercial da Thales, “O conceito de centro de segurança e controlo aplicado aos transportes”*.

16:15 - Intervalo

16:30h - Início do 4º Painel - “Tecnologia”

Doutor António Neto da Silva, *Presidente da Direcção da Proespaço - Associação Portuguesa das Indústrias do Espaço (Moderador)*

- Professor Doutor Carlos Zorrinho, *Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico - “O Plano Tecnológico Nacional”*;
- Engenheiro Vítor Lopes Dias, *Presidente do Conselho de Administração da ESRI - “Os sistemas tecnológicos e a Segurança Interna”*;
- Doutor Sérgio Parreira de Campos, - *“A Indústria de Defesa - cluster estratégico nacional”*

18:00h - Encerramento do Seminário por Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, Professor Doutor António Castro Guerra

**ENTRADA LIVRE com Inscrições obrigatórias para o mail
eventos@segurancaedefesa.pt ou para o telefone 21. 983 30 51**

PATROCÍNIOS:

THALES